

O CASO DE –A-MO(S) VERSUS –E-MO(S) E –E-MO(S) VERSUS –I-MO(S): VARIAÇÃO MORFÊMICA OU ESPECIALIZAÇÃO TEMPORAL?

Ivelã Pereira (UFSC)

Resumo: Sobre o fenômeno linguístico da concordância verbal de primeira pessoa do plural (1PP) em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação (CI e CII), em contextos de presente e pretérito perfeito do Indicativo (IdPr e IdPt2), observamos que existem formas de realização não-canônicas (AMARAL, 1920; CASTILHO, 1992, 2016; CÂMARA JUNIOR, 1970). Nesse contexto, *falemo(s)* e *comimo(s)* são exemplos de formas não-canônicas (NC) que variariam com as canônicas (*falamos* e *comemos*). No entanto, conforme mostram os dados de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016) e Foeger, Yaconenco e Scherre (2017), tais formas NC estão bastante associadas a contextos de pretérito perfeito do Indicativo, o que indicaria uma especialização para um contexto temporal específico. Desse modo, se cada uma das formas se especializar para um contexto (*falamos* para IdPr, e *falemos* para IdPt2), não seria possível tratá-las como variantes. Mas essa especialização de fato está acontecendo ou tem havido variação entre as formas canônicas e não-canônicas? A partir disso, pode-se dizer que se trata de um fenômeno morfêmico ou morfológico? Com base nessas indagações, assumindo o modelo teórico de morfologia de Câmara Junior (1968, 1970, 1972) e as discussões de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975], 1968), Labov (2008 [1972], 1978, 1984, 1994, 2001), Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978), Guy (2000, 2001), Tagliamonte (2006), Camacho (2010) e Freitag (2009) a respeito dos conceitos de “variável dependente” e “variantes”, propomo-nos a fazer uma discussão sobre variação e especialização em relação a tal fenômeno linguístico.

Palavras-chave: Variação Morfêmica; Concordância Verbal; Variável dependente; Variação Linguística.

Abstract: We observe that there are forms of realization non-canonical on the linguistic phenomenon of first-person plural (1PP) verbal agreement in 1st and 2nd regular conjugation verbs (CI and CII) in contexts of IdPr (Simple Present) and IdPt2 (Past Tense). (AMARAL, 1920; CASTILHO, 1992, 2016; CÂMARA JUNIOR, 1970). In this context,

falemo(s) and *comimo(s)* are examples of non-canonical (NC) forms that would vary with the canonical (*falamos* and *comemos*). However, according to Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016) and Foeger, Yaconvenco and Scherre (2017), it seems that these NC forms are usually associated with contexts of IdPt2 (paste tense), which would indicate a specialization for a specific time context. Thus, if each form specializes for a context (*falamos* for IdPr and *falemos* for IdPt2), it would not be possible to treat them as variants. But is this specialization really happening or has there been variation between canonical and non-canonical forms? From this, can we say that it is a morphemic or morphological phenomenon? Considering these questions, we are based on the Câmara Junior's (1968, 1970, 1972) theoretical model of morphology and the discussions of Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1975], 1968), Labov (1998), 1978, 1984, 1994, (2008), Weiner and Labov (1983), Lavandera (1978), Guy (2000, 2001), Tagliamonte (2006), Camacho (2010) and Freitag (2009) regarding the concepts of "dependent variable" and "variants", we propose to make a discussion about variation and specialization in relation to such linguistic phenomenon.

Keywords: Morphic Variation; Verbal agreement; Dependent variable; Linguistic Variation.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva estabelecer uma discussão sobre *variação linguística*¹ como um elemento central no âmbito dos estudos sociolinguísticos e também problematizar a composição de *variável/variáveis dependente(s)* relativas a um fenômeno ocorrido na forma verbal de P4 (ou 1PP, 1ª pessoa do singular) em dois tempos verbais específicos, pretérito perfeito do Indicativo (IdPt2) e presente do Indicativo (IdPr).

1 Para melhor entendimento dos conceitos de *variante*, *variável dependente*, *variável independente* (externa e interna), *variedade* e outros relacionados à Sociolinguística Variacionista, consultar Tarallo (1986), que aborda os termos de maneira clara e didática.

Muitos estudos foram (e têm sido feitos) a respeito da concordância verbal na 1PP, bem como sobre o uso de *a gente* como variante em relação ao pronome *nós* para esse contexto (SCHMITZ, 1973; OMENA, 1986, 1996a, 1996b, 2003; NARO, GÖRSKI e FERNANDES, 1989; OMENA e BRAGA, 1996; MENON, 1996; SEARA, 2000; LOPES, 2003; ZILLES, 2005, 2007, entre outros²), no âmbito da sociolinguística variacionista e da gramaticalização – uma vez que o pronome *a gente* foi gramaticalizado como uma nova possibilidade de P4 (e, em alguns casos, de P1). Tais trabalhos têm papel importantíssimo para um maior detalhamento da descrição linguística no Brasil, verificando-se a relação do fenômeno variável em questão com os fatores sociais e linguísticos, além de alguns deles estabelecerem diálogos com o ensino de língua portuguesa e as repercussões do encaixamento dessa nova forma linguística no paradigma pronominal.

Por outro lado, parece haver um número ainda escasso de estudos sobre *a variação morfêmica na P4 em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação*, que é tema deste artigo (e será mais detalhado na próxima seção), não obstante alguns autores tenham feito menções pertinentes a ele em seus textos. Estudiosos que o mencionaram foram: Amaral (1920); Frosi e Mioranza (1983); Castilho (1992, 2006); Bortoni-Ricardo (2005;

2 Indicamos o texto de Vianna e Lopes (2015), intitulado “Variação dos pronomes *nós* e *a gente*”, no livro *Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro*, por fazer um apanhado dos estudos brasileiros sobre o tema nos últimos 30 anos.

2011); Costa (1990); Zilles, Maya e Silva (2000); Naro e Scherre (2007); Freitag (2016); Foeger (2014); Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), e suas contribuições serão retomadas ao longo deste texto. A variação vocálica precedente ao SNP (sufixo número-pessoal) *-mos*, contudo, não foi eleita por esses pesquisadores como uma variável dependente, estabelecendo-se suas variantes e seu respectivo envelope de variação.

Nesse contexto, em Pereira (2014), a partir de entrevistas do banco VARSUL (agência UFSC) gravadas entre 2010 e 2012, na cidade de Florianópolis, foi feita uma investigação³ em que tratamos esse fenômeno como variável dependente (levando em conta verbos de 1ª conjugação). Por se tratar de um uso presente em comunidades linguísticas de característica [+rural], os bairros analisados eram mais afastados do centro da capital florianopolitana (*Costa da Lagoa, Santo Antônio de Lisboa e Ratoles*), sendo considerados [-urbanos] que outras localidades (como o bairro *Trindade*, por exemplo).

Já em Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016), fizemos um mapeamento de caráter qualitativo do fenômeno linguístico (em 1ª e 2ª conjugações), considerando

3 Esta pesquisa foi feita em 2012-2013 como atividade avaliativa para disciplina de Mestrado e, à época, não tínhamos clara a visão sobre a necessidade de se focalizar a comunidade linguística que constituiria o corpus e seus fenômenos linguísticos em destaque – pesquisa estilo corpus-driven, de método indutivo (Cf. SHEPERD, 2009) – e acabamos por escolher o fenômeno previamente ao corpus – corpus-based, método dedutivo (Cf. SHEPERD, 2009). O resultado disso foi um número escasso de dados, pelo de fato de, naquela comunidade linguística, os informantes se utilizarem mais da forma *a gente* para 1PP, associada à concordância de P3.

as modalidades da fala e escrita nas cidades de Irati e Mallet, no *sudeste* do Paraná. A amostra foi composta por gêneros textuais escritos de domínio público e entrevistas sociolinguísticas do banco VARLINFÉ (Banco de Dados de Variação na Linguística na Fala Eslava), pertencente à UNICENTRO, o qual contém entrevistas de informantes eslavos, descendentes de ucranianos e poloneses, mas também apresenta como característica o traço [+rural] relativo a todas as cidades componentes⁴.

Nessa comunidade linguística⁵, então, o uso de formas não-padrão se mostrou mais comum do que o uso de formas padrão para cada uma das duas conjunções analisadas. O estudo, no entanto, não tinha caráter quantitativo, não levando em conta a formação de um envelope de variação (com a montagem de uma variável dependente e o levantamento de fatores linguísticos e extralinguísticos), mas apenas buscou mapear a existência do fenômeno linguístico não-padrão naquela comunidade na oralidade e na escrita.

Em consideração a essa realidade de relativa carência de estudos variacionistas acerca do tema, justifica-se uma pesquisa que tente compreender como deve ser o tratamento

4 Mais informações sobre o banco podem ser encontradas em Costa e Loregian-Penkal (2015), quando as autoras relatam com detalhes o processo de feitura das entrevistas sociolinguísticas na área rural das cidades selecionadas.

5 Tomamos por base o conceito de “comunidade linguística” consoante Guy (2000, 2001).

da variação de tal fenômeno linguístico, sobretudo no que diz respeito às formas variantes e à composição de uma variável dependente. Este artigo, então, após uma contextualização e levando em conta os dados publicados por Pereira (2014), Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016), Foeger (2014) e Foeger, Yaconenco e Scherre (2017)⁶, tem por objetivo responder a uma indagação teórico-metodológica – assumindo como suporte teórico as definições morfológicas de Câmara Jr. (1968, 1970, 1972) para uma (futura) pesquisa variacionista laboviana⁷ – a respeito deste fenômeno linguístico em específico, a saber: é possível considerar os morfemas *-a-* e *-e-*, bem como *-e-* e *-i-*, como variantes de uma mesma variável dependente?

Com isso, este artigo está dividido em três próximas seções, sendo a primeira delas uma descrição do fenômeno linguístico, com base nos autores que já o aludiram e seus respectivos exemplos e dados. Já a segunda seção consiste numa discussão teórico-metodológica a respeito desse objeto variável em específico, buscando-se responder a questão proposta como objetivo principal desta pesquisa. A terceira seção traz à vista dados do fenômeno linguístico

6 Os dados de Foeger (2014) – dissertação de Mestrado – são os mesmos de Foeger, Yaconenco e Scherre (2017). Desse modo, faremos menção sempre à última publicação, a não ser que queiramos retomar os comentários das autoras em cada texto.

7 Temos nos dedicado a analisar tal fenômeno variável em Tese de Doutorado em andamento.

publicados em pesquisas antecedentes e os analisa de modo a avaliar a existência (ou não) de variação linguística. Por fim, nas considerações finais, retomamos o objetivo e traçamos apontamentos para pesquisa(s) futura(s) que queira(m) se dedicar ao fenômeno da variação morfológica na P4 em verbos de 1ª e 2ª conjugação.

DETALHAMENTOS SOBRE O OBJETO LINGUÍSTICO

Assumimos, nesta discussão acerca do nosso fenômeno linguístico, o modelo teórico de morfologia de Câmara Junior (1968, 1970, 1980) para a composição de variável dependente. Quando se trata das formas verbais da P4, Câmara Junior (2010 [1970]) descreve a existência de uma *neutralização verbal* no português padrão em contextos de presente e pretérito perfeito do Indicativo (IdPr e IdPt2), exceto em parte dos verbos irregulares. Isso significa que, no português brasileiro (PB) padrão, os falantes utilizariam a mesma forma verbal para funções (contextos temporais) diferentes, o que pode gerar ambiguidade se não forem utilizados adjuntos adverbiais de tempo ou outros recursos contextuais que possam indicar a que tempo verbal o sujeito está se referindo.

Os exemplos seguintes mostram como a interpretação temporal pode se tornar dificultosa sem um contexto maior de fala (ou escrita):

- (1) Nós *plantamo(s)*⁸ feijão.
- (2) Nós *comemo(s)* muito.

Como se pode notar, as frases em questão podem se referir ao presente ou ao passado, e apenas um contexto linguístico maior poderia permitir uma análise mais sólida ao interlocutor. Por outro lado, precisamos considerar que as formas verbais em questão poderiam ser interpretadas tão somente como de passado, pois, no português brasileiro (PB), costuma-se utilizar o gerúndio (aspecto progressivo) para presente, como em “estamos comendo”, “estamos plantando”. No entanto, defendemos que possa se tratar, em alguns contextos, de um tempo presente com aspecto habitual (“costumamos comer”, “costumamos plantar”), com base em Travaglia (1994), ou, conforme a descrição de Câmara Junior (1980), iterativo, pois, de acordo com o qual, “o indicativo presente se emprega comumente para processos iterativos” (p.143).

Além disso, de acordo com Câmara Junior (2010 [1970]), Bechara (2008), Huber (1986 [1933]), no português padrão de Portugal, existiria uma distinção entre as vogais temáticas, de modo que –á–mos serviria para marcar passado, ao passo que –a–mos (nasalizado) seria usado para contexto de presente. Isso resultaria numa distinção temporal mais clara, fonética e

8 O fragmento –s do sufixo número-pessoal –mos foi colocado entre parênteses pelo fato de, em muitos casos, os falantes não o pronunciarem.

graficamente, no português europeu (PE). Tal diferenciação, entretanto, aplicar-se-ia somente à 1ª conjugação (*plantámos* e *plantamos*) e, assim sendo, o exemplo (2) não teria duas opções de forma verbal, mantendo-se neutralizado (com uma forma apenas) inclusive no PE.

Apesar do que se descreve acerca do PE padrão, dialetólogos portugueses, como Vasconcelos (1970 [1901]), revelaram que, na língua em uso, existe uma variação mais ampla em Portugal do que é descrito em relação à norma padrão. Resumidamente, foram encontradas formas como *amemos*⁹ e *descimos* em algumas regiões desse país europeu nos tempos verbais de presente e pretérito perfeito do Indicativo, revelando formas verbais com alçamento vocálico da VT (vogal temática).

Esse mesmo fenômeno acontece no Brasil, havendo um provável alçamento vocálico da VT que precede o SNP *-mo(s)*, como no exemplo da variante a seguir, de 1ª conjugação, retirados de Foeger, Yacovenco e Scherre (2017, p.15):

(3) um ano nós **estudemo** no posto de saúde... porque eles tavam reformando a escola (feminino, 15-25 anos. Ens. Fund. I).

A essas formas que desviam do padrão (*estudemo*), serão chamadas, doravante, de não-canônicas, e mostramos que

9 É preciso lembrar que a forma *amemos* é considerada a forma padrão para o presente do Subjuntivo (SubPr), mas não para IdPr e IdPt2.

isso também ocorre em verbos de 2ª conjugação, como se pode observar nos dados de fala de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016, p.500), retirados de uma entrevista sociolinguística – pertencente ao banco VARLINFÉ – com um informante da cidade de Irati (região *sudeste* do Paraná), 42 anos, profissão de lavrador, escolaridade até o ensino fundamental I:

(4) Nós jogamo, é, nós jogava nas comunidade [ininteligível] tinha um time rural também, né? Do interior, que faziam antigamente [...] [Ininteligível] três jogo, **perdimos** três ano passado i... depois que no final que nós **fumo** ganhando, que não caiu.

Quanto à conjugação não-canônica *fumo*, a partir do verbo *ir*, 3ª conjugação (CIII), traçaremos algumas considerações a respeito ao longo da análise. Não consideramos a CIII nas pesquisas precedentes e tentaremos mostrar os argumentos teórico-metodológicos que nos fizeram não mencioná-la naquelas análises.

A partir desse estabelecimento do objeto, fizemos um levantamento do que se deve ponderar, em consideração ao que descreveram outros pesquisadores. Sumariamente, já foram percebidas as seguintes peculiaridades em relação a ele: **i)** é um fenômeno ligado ao contexto rural (AMARAL, 1920; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; FROSI, MIORANZA, 1983; COSTA, 1990; NARO, SCHERRE, 2007; PEREIRA, no prelo); **ii)** não é exclusivo da fala – embora mais comum nesse âmbito –,

podendo ocorrer em escrita de sujeitos do campo (PEREIRA, LEHMKUHL-COELHO e LOREGIAN-PENKA, 2016); **iii**) não parece estar presente em *córpus* de norma culta (CAMPOS, RODRIGUES, GALLENBECK, 2002; ZILLES e BATISTA, 2006); **iv**) suas origens aparentam estar enraizadas no português europeu arcaico (VASCONCELOS, 1901; NARO, SCHERRE, 2007); **v**) trata-se de um fenômeno morfofonêmico, *i.e.*, que envolve aspectos morfêmico-morfológicos e fonético-fonológicos (FREITAG, 2016); **vi**) está bastante relacionado ao aspecto da ‘saliência fônica’, haja vista que costuma ocorrer com maior frequência em associação ao sufixo número-pessoal *-mo*, em variação à *-mos* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000); **vii**) parece ser variável em algumas comunidades linguísticas (COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, LEHMKUHL-COELHO e LOREGIAN-PENKA, 2016); e, por fim; **viii**) as formas não-canônicas parecem ocorrer no IdPt2, e as formas canônicas (assim chamadas sem considerarmos ao sufixo *-mo* como não-canônico, uma vez que pessoas mais escolarizadas a produzem na fala, com bastante recorrência) parecem ocorrer em IdPr (CASTILHO, 1992, 2016; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017).

São essas duas últimas particularidades que suscitarão discussões teórico-metodológicas neste texto sobre o fenômeno da variação na VT em formas verbais. Partimos para a discussão com base nas características do objeto linguístico já elencadas.

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nesta seção, trataremos sobre: **i)** os conceitos relacionados à *variação*, a partir do suporte teórico da sociolinguística variacionista; **ii)** a questão da especialização temporal em relação ao fenômeno linguístico eleito; **iii)** a possibilidade de variação morfêmica (em apenas um ou) nos dois contextos temporais (IdPr e IdPt2); **iv)** a explicitação de duas questões problematizantes para a montagem de uma variável dependente; e **v)** conceitos de *vogal temática* e *sufixo modo-temporal* à luz da descrição linguística de Câmara Junior (1968, 1970, 1972).

Em relação aos conceitos de *variação*, *variante*, *variável* (*dependente e independente*) e *variedade*, temos por horizonte teórico Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975], 1968), Labov (2008 [1972], 1978, 1984, 1994, 2001), Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978), Guy (2000, 2001), Tagliamonte (2006). Assumindo que a variável linguística é “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1975], p.105), problematizaremos a composição de variável/variáveis dependente(s) que será/serão estabelecida(s) no que tange à variação da VT que precede o SNP *-mos* na concordância verbal de P4.

Uma questão já levantada por Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978) e retomada por Tagliamonte (2006) e Camacho (2010) diz respeito à dificuldade de se definir uma variável dependente em domínios gramaticais mais altos, isto é, acima do fonético-fonológico, uma vez que as formas variantes precisam apresentar o mesmo significado referencial. No caso do nosso objeto de análise, por consistir em um fenômeno morfofonêmico¹⁰, perpassando o âmbito do fonema (unidade mínima desprovida de significado) para chegar ao morfema (unidade mínima com significado), a delimitação das variantes pode representar dificuldade.

Em relação a esse ponto, baseamo-nos na discussão teórica de Freitag (2009) a respeito de fenômenos variáveis em níveis gramaticais mais altos. Segundo a autora,

O mapeamento das potenciais formas para realizar determinada função comunicativa é o primeiro passo nos estudos de variação nos níveis gramaticais mais altos. O segundo passo é a análise dos contextos de ocorrência, em geral, muito específicos. [...] Na impossibilidade de uma explicação estritamente variacionista, é preciso buscar um paradigma teórico que dê pistas de como interpretar os achados quantitativos e que também possibilite uma análise qualitativa integrada. Alguns fenômenos

10 Temos consciência de que, por se tratar de um fenômeno de interface, é preciso pensar também num modelo teórico fonético-fonológico (além do modelo morfológico já estabelecido).

são mais bem explicados com um dado modelo teórico do que com outro. Fenômenos contínuos podem ser mais adequadamente explicados por modelos funcionais, que pressupõem o processo de variação como a sobreposição de funções em um contínuo de mudança. Fenômenos discretos podem ser mais adequadamente explicados por modelos formais, que pressupõem a substituição e a competição entre estruturas. (FREITAG, 2009, p.125)

A partir disso, consideramos que nosso objeto linguístico possa ser interpretado como um “fenômeno discreto”, de modo que, neste momento, partimos do modelo morfológico estruturalista de Câmara Junior (1968, 1970, 1972), utilizando-nos de suas afirmações e termos para a descrição de nosso objeto linguístico.

Com isso estabelecido, retomemos a oitava característica que sistematizamos sobre o fenômeno linguístico do alçamento da VT (na seção anterior). Alguns pesquisadores – como Castilho (1992, 2016); Naro e Scherre (2007), Bortoni-Ricardo (2011), Foeger (2014); Foeger, Yacovenco, Scherre (2017) – afirmam que as formas não-canônicas estariam, em algumas comunidades, especializadas para o passado, enquanto as formas mais canônicas – *assentamo(s)* e *conversamo(s)* – ocorreriam no presente e no passado.

Segundo Castilho (1992, p. 250) , haveria “elevação da vogal temática *a* para *e* e [de] *e* para *i* no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *fiq^{ue}mo* (por *ficamos*), *bebimo* (por *bebemos*)”. Além disso, seria um restabelecimento, no português popular, da distinção entre os tempos verbais (ocorrida no latim vulgar), “elevando a vogal temática no pretérito de C1 e C2 (cf. *amamos* ~ *amemos*, *bebedemos* ~ *bebimos*)” (CASTILHO, 2016, p.152).

Também Bortoni-Ricardo (2011, p. 234) esclarece que “na variedade caipira, a variante /mu/ geralmente coocorre com a mudança da vogal temática (/a/ > /e/) nos pretéritos da primeira conjugação [...]”. Na sequência, a autora exemplifica como formas padrão as conjugações *falamos*, *andamos* e *paramos*, e, como não padrão, *falemu*, *andemu* e *paremu*, sendo que essas últimas estariam ligadas aos contextos de pretérito.

Ademais, os resultados e a análise de Foeger, Yacovenco e Scherre (2017) parecem endossar essas afirmações de especialização temporal. A pesquisa foi feita em uma comunidade rural de Santa Leopoldina, e houve essa mesma conclusão de especialização das formas não-canônicas para contextos de passado. Segundo as autoras, em seus dados,

“a elevação só ocorre no pretérito perfeito. Não encontramos nenhuma ocorrência de presente do indicativo com terminação –emo. Isso indica que esse parece ser mais um mecanismo para reforçar que se está falando no pretérito e evitar a ambiguidade entre os tempos verbais”. (FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017, p.15)

Foram encontrados 78 dados de elevação da vogal (27,1%)¹¹ do total dos 245 dados da amostra, e, segundo a análise das autoras, todos encontravam-se em contexto de pretérito. As variantes não-canônicas se restringiram ao contexto de IdPt2, e as canônicas ocorreram em ambos os contextos temporais na comunidade linguística de Santa Leopoldina.

Com base nisso, bem como nas asseverações de Bortoni-Ricardo (2011) e Castilho (1992, 2016), é que se torna essencial o questionamento da formação de uma variável dependente para este fenômeno linguístico em análise. Surge, a partir daí, nossa problematização referente aos segmentos *-a- versus -e-*, bem como *-e- versus -i-*.

A questão é que, se existir uma especialização temporal (uso categórico de formas NC para passado e de formas C para o

11 Um dado interessante a se investigar futuramente é que, de acordo com Foeger (2014), as formas não-canônicas foram mais encontradas nas faixas intermediárias, sobretudo na faixa de 15 a 25 anos. Trata-se de um resultado curioso, haja vista que geralmente as faixas intermediárias, devido ao fato de sua inserção no mercado de trabalho, optam por utilizar as variantes consideradas mais padrão.

presente), não será possível considerar os segmentos como variantes (por alomorfia na *vogal temática*), pois consistiram em dois morfemas opostos para funções temporais específicas, com significados diferentes.

Então, estaríamos lidando com um fenômeno de especialização morfológica, não sendo viável tratar o objeto como algo em variação morfêmica, pois, como já aludido, para que formas linguísticas sejam consideradas variantes de uma mesma variável, é preciso que tenham o mesmo significado referencial. Nesse caso de especialização de tempo, poderíamos classificar o novo morfema como um sufixo modo-temporal (SMT), pois se trata mais de uma distribuição morfológica de distinção temporal.

Tomando por base a descrição de Câmara Junior (1970), no caso do tempo verbal presente do Subjuntivo, em verbos de CI, a vogal -e- é considerada um sufixo modo-temporal, e a vogal temática passa a ser um morfe \emptyset . Ou seja, as formas “cantamos” (IdPr) e “cantemos” (SbPr) são distintas em sua segmentação morfológica.

A primeira forma apresenta a realização da vogal temática -a-, e o SMT é (\emptyset), como se pode observar a seguir:

P	VERBO Cantar	R	VT	DMT	DNP
P1	Canto	cant-	∅ (a)	∅	-o
P2	cantas	cant-	-a-	∅	-s
P3	canta	cant-	-a-	∅	∅
P4	cantamos	cant-	-a-	∅	-mos
P5	cantais	cant-	-a-	∅	-is
P6	cantam	cant-	-a-	∅	-m

Quadro 1: Segmentação morfológica de verbo regular de CI em presente do Indicativo (IdPr).
Fonte: adaptação de Câmara Junior (1970)

Já na segunda forma aconteceria o oposto: a VT seria ∅, e a SMT seria realizada pela vogal -e-, como pode ser visualizado no Quadro 2.

P	VERBO Cantar	RAD	VT	SMT	SNP
P1	cante	cant-	∅ (a)	-e-	∅
P2	cantes	cant-	∅ (a)	-e-	-s
P3	cante	cant-	∅ (a)	-e	∅
P4	cantemos	cant-	∅ (a)	-e-	-mos
P5	canteis	cant-	∅ (a)	-e-	-is
P6	cantem	cant-	∅ (a)	-e-	-m

Quadro 2: Segmentação morfológica de verbo regular de CI em presente do Subjuntivo (SubPr).
Fonte: adaptação de Câmara Junior (1970)

Seguindo esse raciocínio, quando as formas são similares, mas a vogal marca uma oposição distintiva temporal, ela deveria ser considerada um SMT, e aí não há como se pensar em variação morfêmica e, por consequência, num objeto linguístico variável.

Ainda sobre o SMT, afirma Câmara Junior (1970) tratar-se de um *morfema cumulativo*, visto que acumula as funções de tempo e modo (ou seja, mais de um morfema dentro de si), podendo-se acrescentar *aspecto* – embora o termo SMT não o explicita.

Devemos mesmo dizer que as próprias formas verbais simples, estruturadas nas linhas de categoria e tempo, trazem em si, subsidiariamente, uma significação aspectual. O indicativo presente se emprega comumente para processos iterativos (exs.: levanto-me cedo”, “saio de casa às 7 horas”, etc.). (CÂMARA JUNIOR, 1980, p.143).

No entanto, há de se ressaltar que é muito cara à descrição de Câmara Junior – por uma questão de economia descritiva – atribuir a SMT \emptyset a ambos os tempos verbais de IdPr e IdPt2. Por conta disso, ao se comprovar a existência de dois morfemas distintos para cada um dos contextos temporais, teria de se refletir sobre como descrever isso à luz dessa teoria morfológica.

Por outro lado, se o uso real da comunidade linguística analisada for efetivamente variável, isto é, caso haja variação em ambos os contextos temporais com uma alternância vocálica sem distinção de significado, consistiria numa alomorfa da VT, indicando um objeto linguístico de fato variável. Seriam, pois, duas realizações mórficas variantes

(morfes) de uma única função (um único morfema). Assim sendo, por se tratar de uma variação morfêmica e de um fenômeno linguístico variável, torna-se viável uma pesquisa sociolinguística variacionista.

Em relação a isso, o morfema que diz respeito à investigação variacionista é a *vogal temática*, na qual, de acordo com Câmara Junior (1968, p.372), “não há significação e sim, apenas, distribuição mórfica”, mas, ainda assim, é considerada um morfema de função classificatória (por classificar os verbos em CI, CII e CIII, isto é, 1ª, 2ª e 3ª conjugações).

Consoante Câmara Junior (1970, 1972, 1980), os verbos de CI passam por essa variação morfêmica da vogal temática em P1 do IdPt2 (*cantei*). Ou seja, a realização da vogal temática de 1ª conjugação (-a-) dá-se por -e-, uma alomorfa da VT, como sistematizado a seguir:

P	VERBO	RAD	VT	SMT	SNP
	Cantar				
P1	cantei	cant-	-e-	∅	-i
P2	cantaste	cant-	-a-	∅	-ste
P3	cantou	cant-	-o-	∅	-u
P4	cantamos	cant-	-a-	∅	-mos
P5	cantastes	cant-	-a-	∅	-stes
P6	cantaram	cant-	-a-	-ra-	-m

Quadro 3: Segmentação morfológica de verbo regular de CI em Pretérito Perfeito do Indicativo (IdPt2). Fonte: adaptação de Câmara Junior (1970)

Como se pode notar, a alomorfa da VT também ocorre em P3, quando a vogal –o- é considerada alomorfe de -a-. Também no caso de verbos CII, no mesmo tempo verbal (IdPt2), segundo Câmara Junior (1970), ocorre alomorfa da vogal temática -e-:

P	VERBO	RAD	VT	SMT	SNP
	Cantar				
P1	comi	com-	-i	∅	∅
P2	comeste	com-	-e-	∅	-ste
P3	comeu	com-	-e-	∅	-u
P4	comemos	com-	-e-	∅	-mos
P5	comestes	com-	-e-	∅	-stes
P6	comeram	com-	-e-	-ra-	-m

Quadro 4: Segmentação morfológica de verbo regular de CII em pretérito perfeito do Indicativo (IdPt2). Fonte: adaptação de Câmara Junior (1970)

Com base nisso, no caso da realização de “comimos” como variável em dois tempos verbais, teríamos de considerar o –i- como alomorfe da VT. Sob este viés estruturalista, então, em caso de especialização temporal, a maneira descrever esse elemento –i- seria como alomorfe de –e-, não obstante esteja associado tão somente ao IdPt2. Embora tenhamos essa teoria como base analítica, acreditamos ser necessário questionar esse ponto e reconsiderar o –i- como um SMT de pretérito perfeito, ao invés de alomorfe de –e-, pois ele serviria para uma nova função temporal.

Assim sendo, tecemos as seguintes indagações teórico-metodológicas: **a)** essa especialização temporal de fato está acontecendo ou tem havido variação entre as formas canônicas e não-canônicas?; e **b)** Como compor uma variável dependente neste contexto de suposta especialização?

A questão da existência ou não de especialização temporal só pode ser respondida a partir de um conjunto de dados, considerando-se que certas formas caminham para uma *mudança linguística*, a qual é sempre precedida de *variação*, *coocorrência* e *concorrência* (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1975; LABOV, 1972).

Antes de se passar à discussão de dados, porém, é preciso ressaltar que a questão da *mudança linguística*, ponto importante em relação ao nosso objeto de análise, deve ser tratada com o devido cuidado na verificação de quais formas seriam *arcaicas* e quais seriam *inovadoras*. Isso porque geralmente as formas não-padrão costumam ser as mais inovadoras. No entanto, no tocante a nosso fenômeno linguístico, há indícios de que ocorra o contrário. Conforme Naro e Scherre (2007), o que estamos aqui chamando de *formas não-canônicas* seriam formas já encontradas em cópulas do PE (português europeu), de acordo com o que mostram dialetólogos portugueses. Vasconcelos (1901) relatou a existência dessas formas em regiões de Portugal

no final do século XIX, e isso seria um dos indícios de que a mudança linguística não estaria na suposta especialização temporal que estamos analisando – a qual seria, para Naro e Scherre (2007) algo presente em “ilhas de conservadorismo” –, mas, talvez, na neutralização temporal.

Mas o estudo sobre qual forma surgiu primeiro não é o foco agora de nossa pesquisa. A questão que procuraremos sanar na próxima seção é relacionada à variação morfêmica ou especialização morfológica ocorrida nas formas canônicas e não-canônicas.

ANÁLISE DE DADOS E DECISÕES METODOLÓGICAS

Para verificar a existência (ou não) de variação morfêmica, passemos à observação de dados retirados de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016), a partir de uma entrevista sociolinguística (pertencente ao banco VARSUL) com uma informante do sexo feminino, do bairro Costa da Lagoa (Florianópolis), com nível de escolaridade 1, acima de 50 anos. O seguinte trecho de fala revela o uso de formas não-canônicas:

(5) “Então a senhora tá passando numa porção de coisa, a senhora sabia? Aí a gente então veio aqui lhe benzer”. Daí eu falei assim: “Tá, então tá bem”, e aí **assentemo** e **conversemo**. Aí eu disse: “entra pra casa”. Aí eles entraram, aí benzi, e eles foram embora tudo feliz. (PEREIRA, LEHMKUHL-COELHO e LOREGIAN-PENKA, 2016, p.65).

Nesse fragmento, o contexto direciona a interpretar essas formas não-canônicas como de passado (IdPt2), pois a informante está contando uma história que já ocorreu em sua vida, e as pistas linguísticas (como os demais verbos no passado) levam a essa inferência. Isso daria um direcionamento para a especialização temporal de formas não-canônicas no pretérito perfeito do indicativo. No entanto, nessa mesma comunidade linguística foi observado o uso variável das formas em ambos os contextos, conforme se pode observar pelo seguinte conjunto de dados retirados de Pereira (2014):

(6) Nós temo um campinho pequenininho de futebol aonde nós vamo, nós **fretemo** o ônibus e vamo, aonde nós vamo, o que tem lá nós, nós **tomemo** tudo, nós **comemo** tudo (inint.) não vô saí com dez reais, vô saí com 20 reais, não, eu levo dinheiro memo pa comê e aproveitá.
(Masculino, + velho, menor escolaridade).

(7) E: E você já tinha, nessa época, um interesse assim por bichos?

Informante: Nós se **criemo** assim, né? [...]

E: Vocês costumam matá porco (**hes**), assim, próximo ao Natal?

Informante: No começo do ano, tem gente que procura nós pra ver se nós temo porco, daí nós **compremo**, **comemo**.

(Masculino, + jovem, menor escolaridade).

(8) Ah, a Amarelinha foi maltratada. O cachorro que nós tinha ali. Ela, quando nós conhece- acha- ganha- **achamo** ela, ela tava toda machucada, maltratada por alguém, foi

jogada fora, né? E nós **peguemo** ela de rua. Teve outra também que nós **cuidemo** dela, um carro soltou ela aqui, daí nós **cuidemo** dela, ela tinha filho- teve filhote, daí nós **conseguimo** dá os filhote todo dela. **cuidamo** dela, vacina, tudo o que ela precisou, tava muito doente, e, depois de um tempo, a dona dela veio pegá ela de volta. [...] Ela, só por causa dos filhotes, ela abandonou a cachorra, e daí nós **cuidamo** dela e **ficamo** com ela pra nós. Ela morreu de velha.

(Feminino, + jovem, menor escolaridade).

(9) Informante: Nós fomos pra Pedagogia (**est**), aí fomos pra FAED, né? (**est**) Pra FAED. E, daí (**hes**) nós **começamos** a fazer estágio de manhã, só que o estágio de manhã tu tens que estar (= tá) às sete horas da manhã lá. Aí teve que ter um horário das cinco e meia, a barca das cinco e meia, que antes era às oito-

E: Aí vocês também-

Informante: Aí fizemos nova reunião, daí **batalhamos** por esse horário, aí começou os horários de cinco e meia (**est**), que hoje é o horário das seis, né? Que depois foi mudando, aí é o horário das seis e assim por diante, assim, aí quando eu comecei a estudar à noite.

(Feminino, + velho, maior escolaridade).

No conjunto de dados (6) e (7), vemos o uso de formas não-canônicas (*fretemo, tomemo, criemo, compremo*, NC de 1ª conjugação) e canônicas (*comemo*, C de 2ª conjugação) para o passado. Em (8), o contexto também é de passado e existe uma variação entre as formas de 1ª conjugação NC (*peguemo, cuidemo*) e C (*achamo, cuidamo, ficamo*). Já em (9), o uso no passado é feito mediante as formas NC (*começamos, batalhamos*) em 1ª conjugação.

A partir de tais dados, verificamos que a existência de variação morfêmica (no tempo de IdPt2), sendo necessário ainda verificar se a variação das formas NC e C também ocorre em contexto de presente (IdPr). Mas já foi possível perceber que a especialização temporal não se trata de algo estabelecido/concluído. Ademais, outras pesquisas mostraram a variabilidade do fenômeno em ambos os contextos temporais.

Na tese de Costa (1990) – *O verbo na fala dos camponeses* –, por exemplo, o uso da forma *-e-mo* foi registrado em ambos os contextos temporais, sendo que ocorreu em 79,4% dos dados de presente do Indicativo e 90,3% dos dados de pretérito perfeito. O que se percebe, nesta comunidade linguística ítalo-brasileira, é um uso bastante significativo da forma não-canônica em ambos os tempos verbais, mas ainda há variação com a forma canônica (embora seu uso seja escasso). Isso seria um indício da influência do italiano no uso do PB daquela comunidade linguística. Para essa afirmação, a autora se baseia em Frosi e Mioranza (1983), por trabalharem com comunidades ítalo-brasileiras. Conforme Frosi e Mioranza (1983), há variações P4 no IdPr, e a forma *-e-mo* (geralmente associada a passado) é usada no presente.

“Com relação à 1ª pessoa do plural [no presente], verifica-se, de modo geral, a

fidelidade às formas de origem de cada dialeto, à exceção do freltrino-belunês e do mantuano, que ao adotarem a terminação *-emo*, evidenciam uma influência dos demais dialetos”. (FROSI, MIORANZA, 1983, p.320)

Com isso, nossa resposta, neste momento, para a questão **a)** – essa especialização de fato está acontecendo ou tem havido variação entre as formas canônicas e não-canônicas? – é de que a variação existe sim em algumas comunidades linguísticas, permitindo ao pesquisador sociolinguista tratar as formas canônicas e não-canônicas como formas variantes, e o tempo verbal como uma variável independente linguística. Consideramos, então, que se trate de um fenômeno de variação morfológico em algumas comunidades.

Passamos, então, à composição da variável dependente para uma futura análise variacionista e quantitativa. Para tanto, observemos os trechos de fala a seguir, de CI, CII e CIII, as quais foram retiradas de Foeger, Yacovenco e Scherre (2017, p.15):

(10) um ano nós *estudemo* no posto de saúde... porque eles tavam reformando a escola.(feminino, 15-25 anos. Ens. Fund. I).

(11) oh nós ia pra escola... nós não *aprendimo* muita coisa nessa escola justamente porque nós ia com medo pra escola (masculino, 50 ou + anos, Ens. Fund. II).

(12) chegemo... tomemo banho e *fumo* dormir (masculino, 15-25 anos, Ens. Fund. II).

Pode-se pensar que também em (12) haja um alçamento da VT. Entretanto, conforme Monteiro (2002, p.127) – baseado em Mattoso Câmara Junior –, a forma *fomos* apresenta o radical *fo-*, com VT e SMT \emptyset , mas com SNP –mos. Ou seja, o alçamento vocálico ocorre no radical e não na VT como nos verbos de 1ª e 2ª conjugação. Assim sendo, julgamos que a ocorrência (12) não se daria no mesmo nível da (10) e (11), pois elas se referem a variações vocálicas na vogal temática, enquanto a terceira está no âmbito do próprio radical, como se pode observar na descrição das formas padrão – dos verbos mencionados em (10), (11) e (12), a seguir:

P	VERBOS	RAD	VT	SMT	SNP
	Estudar Aprender Ir				
P4	estudamos	estud-	-a-	\emptyset	-mos
P4	aprendemos	aprend-	-e-	\emptyset	-mos
P4	fomos	fo-	\emptyset	\emptyset	-mos

Quadro 5: Segmentação morfológica de verbos de CI, CII e CIII pretérito perfeito do Indicativo (IdPt2) em P4. Fonte: adaptação de Câmara Junior (1970)

Além disso, os exemplos (10) e (11) se diferenciam do (12), pelo fato de que este último apresenta duas formas variantes que só podem ser relacionadas a um contexto temporal de passado (*pretérito perfeito do Indicativo*), ao passo que os exemplos (10) e (11) poderiam se referir a dois contextos temporais diferentes: *pretérito perfeito do Indicativo* e *presente do Indicativo*.

Em decorrência de não haver ambiguidade temporal neste exemplo (12) – pelo fato de ser de CIII e também um verbo irregular (*ir*) – temos descartado esse tipo de forma verbal de nossas análises. Com isso, nosso foco será (e tem sido, nas pesquisas desenvolvidas) apenas os verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação.

Os exemplos (10) e (11), por sua vez, também não podem ser considerados como categorias iguais de análise, porque a forma *estudemos* – de CI e com a presença de -s – é registrada na norma padrão do PB como a concordância verbal de *presente do Subjuntivo* (SubPr). Já a forma verbal *aprendimo(s)* não é registrada nos manuais de norma padrão, constituindo-se numa forma inerentemente não-padrão.

Os verbos precisam ser regulares, pois, no caso de “dar”, a forma verbal *damos* é de IdPR, enquanto a forma *demos* é para o IdPt2. De acordo com Monteiro (2002, p.124), este -e- seria alomorfe da VT -a-. Apesar de os estruturalistas defenderem isso (para manter a descrição de que o IdPr e IdPt2 apresentariam SMT \emptyset no português), cremos que possa ser algo a reconsiderar, pois, se há alteração da vogal em questão.

Desse modo, ao se fazer uma análise variacionista (cf. TARALLO, 1986; TAGLIAMONTE, 2006), poderíamos compor 2 variáveis dependentes (envelopes da variação):

a) Variável dependente binária 1: ‘VT de P4 em verbos regulares de CI’

Composta pelas duas variantes: *-a-* (canônica) e *-e-* (não-canônica)

b) Variável dependente binária 2: ‘VT de P4 em verbos regulares de CII’

Composta pelas duas variantes: *-e-* (canônica) e *-i-* (não-canônica)

c) Variável dependente binária 3: ‘vogal do radical de P4 em verbos de CIII’

Composta pelas duas variantes: *-o-* (canônica) e *-u-* (não-canônica).

No caso de 1ª conjugação, se este estudo estivesse trabalhando com o PE, poderíamos traçar uma variável ternária (eneária) pelo fato de que *-á-* ainda pode aparecer em certas regiões de Portugal, enquanto o uso de *-a-* (com pronúncia nasalizada [ã]) é bem mais comum.

No que se refere a essa última variável dependente, entretanto, pode representar um problema metodológico se considerarmos que parece haver apenas um item lexical em que isso ocorra – verbo *ir* com a conjugação *fomos*. No caso de outros verbos de CII, como *partir*, *mentir*, *sorrir*, dentre outros, não há variação de vogal precedente ao SNP *-mos*, e as formas são neutralizadas nos dois contextos temporais. Desse modo, parece-nos que esse tipo de variação está relacionado tão somente ao item lexical *fomos*, mas, para termos maiores conclusões, seria preciso uma amostra maior de dados.

Há alguns outros exemplos em que *-o-* se torna *-u-*, mas não em casos de CIII, mas sim em verbos classificados como de CII¹². São exemplos disso os verbos *pôr* (e seus derivados) e *poder*, uma vez que, na P4, são conjugados como *pomos* e *podemos*, para o presente do Indicativo, e *pusemos* e *pudemos* para pretérito perfeito do Indicativo, além das formas não-canônicas “*ponhemo*” e “*punhemo*”.

Por conta de esse alçamento ocorrer na vogal do radical, optamos por não considerar a terceira variável dependente em nossas futuras análises. Já os exemplos (10) e (11) parecem estar em categorias de análise muito próximas, mas o que as distingue é a classificação de conjugação verbal (CI e CII).

Em contrapartida, a partir disso, surge a uma questão metodológica que tentaremos responder à luz da teoria morfológica que nos orienta: havendo similaridade entre a variável dependente 1 e a variável dependente 2, pois ambas se referem a uma variação da VT que precede o SNP *-mos*, seria possível amalgamar essas duas variáveis como se elas fossem uma só?

O amálgama das duas variáveis não seria indicado pelo fato de que *-a-* apenas alçaria para *-e-*, ao mesmo tempo em que *-e-* apenas alçaria para *-i-*, de forma que *-a-* não poderia

12 Os verbos *pôr* e seus derivados são classificados como verbos de CII pelo fato de serem originados do verbo *ponere* no latim, sendo que o *-e-* seria a vogal temática deste verbo, mas ela sofreu apócope na evolução para a língua portuguesa. Por conta disso, considerando que as vogais temáticas são morfemas classificatórios, tais verbos foram classificados como de 2ª conjugação (terminados em *-er*, no infinitivo).

coocorrer em contextos em que *-i-* ocorre, e vice-versa. Nesse sentido, a questão da vogal temática como morfema classificatório acaba interferindo, pois a alomorfa entre as vogais parece seguir um padrão não aleatório, isto é, *-a-* não poderia ser alomorfe de *-i-* (no âmbito da VT).

Sendo assim, ao tratarmos de variação vocálica na VT, estamos lidando com duas variáveis dependentes: a conjuntura de variação entre *-a-mo(s)* e *-e-mo(s)*, e o cenário variante de *-e-mo(s) versus -i-mo(s)*. Uma vez que se considere a variação, estamos no nível morfêmico, mas, se uma pesquisa com uma amostra de quantidade significativa de dados mostrar que exista uma especialização temporal, seria preciso repensar o fenômeno como algo de caráter morfológico, não variante.

Enfim, esperamos que as reflexões teórico-metodológicas apontadas neste texto possam auxiliar pesquisadores sociolinguistas que queiram investigar sobre o tema ou que já se questionaram sobre os pontos aqui elencados. Também almejamos que nossos apontamentos possam suscitar questionamentos e críticas que nos ajudem a delimitar com mais propriedade o fenômeno linguístico ao qual temos nos dedicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo geral nesta pesquisa era responder a uma indagação teórico-metodológica a respeito da variação

morfêmica na P4 em verbos regulares de CI e CII – o caso de *–amo(s) versus –e-mo(s)*, bem como *–e-mo(s) versus –i-mo(s)*. Tínhamos como alvo tentar encontrar caminhos para perceber se os morfes *–a-* e *–e-*, além de *–e-* e *–i-*, poderiam ser considerados variantes de uma mesma variável dependente. A partir dos dados de Costa (1990) e Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penka (2016), percebemos que esses morfes podem ser variantes em ambos contextos temporais em algumas comunidades de fala, embora seu uso possa ser categórico e especializado em outros, como percebido em Foeger, Yacovenço e Scherre (2017).

Com isso, percebemos a necessidade de um maior levantamento de dados, para a execução de novas pesquisas quantitativas, no âmbito da Sociolinguística Variacionista, a fim de que possamos captar com mais aprofundamento as minúcias desse fenômeno linguístico que é variável em algumas comunidades linguísticas, enquanto, em outras, parece se especializar para a função específica de passado (IdPt2).

Sobre a montagem de uma variável dependente que desse conta de nossa proposta de análise, acreditamos ter conseguido pensar em variáveis dependentes que descrevam esse tipo de variação. Ambicionamos, todavia, receber contribuições de outros pesquisadores que se interessem pelo tema ou que, em algum momento, tenham visto (ouvido

ou lido) um *estudemo* e *aprendimo* cruzando o seu caminho.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. (1976 [1920]). *O dialeto caipira*. 3.ed. São Paulo: Hucitec.
- BECHARA, E. (2008). *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2005). *Nós chegemu na escola e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2011). *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CAMACHO, Roberto Gomes. (2010) “Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística”. *DELTA* [online]. 26(1), 141-162.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. (1968). *Dicionário de Filologia e Gramática referente à língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. (2010 [1970]). *Estrutura da Língua Portuguesa*. 41.ed. Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. (1972). *Dispersos*. 5.ed. Seleção e Introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. (1980). *Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.
- CASTILHO, A. T. de (1992). “O Português do Brasil”. In: ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática, p.237-285.
- CASTILHO, A. T. de (2016). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- COSTA, I. B. (1990). *O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação*. (Tese - Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas: Campinas.
- COSTA, L. T. da; LOREGIAN-PENKAL, L. (2015). “A coleta de dados do banco varlinfe – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características”. *Revista Conexão UEPG*. Ponta Grossa, Paraná, 11(1) - jan./

abr.

FOEGER, C.C.; YACOVENCO, L.C; SCHERRE, M.M. (2017). “A primeira pessoa do plural em Santa Leopoldina/ES: correlação entre alternância e concordância”. *Letrônica*. Porto Alegre, 10(1), 5-17, janeiro-junho.

FREITAG, R. M. K. (2009). “Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos”. *Matraga*. Rio de Janeiro, 16(24), 115-132.

FREITAG, R. M. K. (2016). “Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro”. *D.E.L.T.A.*, 32(4), 889-917.

FROSI, V.; MIORANZA, C. (1983). *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EDUCS.

GARCÍA, E. C. (1985). “Shifting variation”. *Lingua*, 67: 189-224.

GUY, G. (2001). “As comunidades de fala: fronteiras internas e externas”. *II Congresso internacional da Abralin*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

GUY, G. (2000). “A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística”. *Organon*. 28/29. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras.

HUBER, J. (1986 [1933]). *Gramática do português antigo*. Maria Manuela Gouveia Delille (Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LABOV, W. (2008 [1972]). *Padrões sociolinguísticos*. Marcos Bagno, Marta Autor Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial.

LABOV, W. (1994). *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell.

LAVANDERA, B. (1978). “Where does the sociolinguistic variable stop?”. *Language in Society* 7. London, 171-82.

OUSHIRO, L. (2015). “O que se diz e como se fala: relações entre o discurso metalinguístico e a variação linguística”. *Signo y Señal*, (28), p.139-167. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras (UBA). In <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>.

LOPES, Célia R. S. (2001). “O percurso de a gente em tempo real de longa

duração”. In: *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH/USP, v. II, tomo I – Primeiros estudos. p.127-148.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

MONTEIRO, J. L. (2002). *Morfologia Portuguesa*. 4.ed.Campinas: Pontes.

MENON, Odete (1996). “P. da S. ‘Agente’: um processo de gramaticalização”. *Estudos Lingüísticos*, (25), 622-628.

NARO, A. J.; GÖRSKI, E.; FERNANDES, E. (1999). “Change without change”. *Language Variation and Change*, 11(2), 197-211.

PEREIRA, Ivelã. (2014). Cuidamo(s) e cuidemo(s): a variação morfêmica na p4 em verbos regulares de 1ª conjugação. *Revista Working Papers*, 2(14), 49-71.

PEREIRA, Ivelã; LEHMKUHL, Izete Coelho, LOREGIAN-PENKAL, Loremi. (2016). “Variação na concordância Verbal de nós no presente e pretérito perfeito em Verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação: produtiva no sudeste paranaense?” *Signótica*. Goiânia, 28(2), 481-508.

SHEPHERD, T. M. G. (2009). “O estatuto da linguística de corpus: metodologia ou área da linguística”. *Matraga*. Rio de Janeiro, 16(24), 150-152.

TRAVAGLIA, L. C. (1994). *O aspecto verbal do português*: a categoria e sua expressão. 3.ed. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia.

SCHMITZ, J. R. (1973). “The linguistic flexibility of ‘a gente’ in Portuguese”. *Hispania*, Sept, 639-644.

SEARA, I. C. (2000). “A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana”. *Organon*, 14(28-29), 179-194.

TAGLIAMONTE, S. A. (2006). *Analysing sociolinguist variation: Key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

VASCONCELOS, J. L. de (1970 [1901]). *Esquisse d’une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

VIANNA, J. S; LOPES, C. R. S. (2015). “Variação dos pronomes “nós” e “a gente””. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.

WEINER, J.; LABOV, W. (1983). "Constraints on the agentless passive". *Journal of Linguistics* 19.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. (1968). "Empirical foundations for a theory of language change". In: W. LEHMANN; Y. MALKIEL (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M (2006 [1975]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Marcos Bagno (Trad.). São Paulo: Parábola.

ZILLES, Ana M. S. (2002). "Grammaticalization of 'a gente' in Brazilian Portuguese". *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 8(3), 297-310.

ZILLES, Ana M. S. (2005). "The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese". *Language Variation and Change*, 17(1), 19-53.

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L.; SILVA, K. (2000). "A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS". *Organon*, Porto Alegre, 14(28/29), 195-219.

ZILLES, A. M.; BATISTA, H. H. (2006). "A concordância verbal na primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre". In *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, p.100-124.

Ivelã Pereira é Doutoranda em Linguística pela UFSC, com fomento da CAPES-PROEX, é também professora substituta na UFSC, atuando na graduação, com foco em Linguística (Morfologia, Fonética e Fonologia e Sociolinguística). O artigo "Cuidamos(s) e cuidemo(s): a variação morfêmica na P4 em verbos regulares de 1ª conjugação", na revista Working Papers em Linguística, é sua produção bibliográfica mais significativa. Participa do grupo de pesquisa VARSUL, fazendo parte do projeto PHPB-SC (Para a História do Português Brasileiro). E-mail: ivelpereira@gmail.com

Recebido em 07 de fevereiro de 2018.

Aprovado em 25 de abril de 2018.